

*Intervenção do Deputado José Andrade
na apreciação plenária da Petição “Impactes Ambiental, Geológico e Hidrológico
do Projeto Viário em Construção na Ilha de São Miguel
em modelo de parceria público-privado”
Horta, 15 de maio de 2013*

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros
do Governo

A petição sobre os “Impactes Ambiental, Geológico e Hidrológico do Projeto Viário em Construção na Ilha de São Miguel em modelo de parceria público-privado”, que deu entrada no Parlamento dos Açores em julho de 2012, constitui, antes de mais e acima de tudo, um exercício pleno de cidadania ativa que bem merece ser aqui não apenas saudado mas até incentivado.

Os cidadãos têm o direito de fazer valer os seus direitos – seja contra um governo regional que só assume as responsabilidades que lhe convêm, seja contra um consórcio externo que deu cabo das empresas internas de construção civil.

Por muito que pareça uma luta desigual, fica a consciência do dever cumprido no direito à indignação que a todos assiste.

Não estão aqui em causa aspetos discutíveis como a pertinência da obra, a oportunidade da execução, a adequação do investimento ou os compromissos futuros.

O que está aqui em causa é se a obra foi bem concebida e bem executada e, sobretudo, se o dono da obra salvaguardou e defendeu o interesse e a segurança das populações – como lhe competia – antes, durante e depois.

A própria Petição – pela sua iniciativa, pelo seu teor e pelo seu propósito – já responde negativamente a esta questão.

Segundo o relatório da Comissão Parlamentar, consideram os peticionários que **“a situação é grave com estragos reais para muitas pessoas”** e que **“o governo encolhe-se perante a Euroscut”**.

Mas a contestação não é apenas – e isso já seria bastante – de um conjunto espontâneo de 312 cidadãos que deram a cara “**pelos que não têm voz**”.

A contestação é também da insuspeita Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, presidida pelo Dr. Ricardo Rodrigues, através de uma Comissão Eventual constituída por três deputados municipais do PS e um do PSD, que produziu a 27 de abril de 2012 um relatório suficientemente esclarecedor e que, de alguma forma, esteve na origem da presente Petição.

Na sua introdução, o Relatório explica que “o propósito do documento é indicar o impacto que a construção das SCUT teve no Município, nomeadamente no que toca aos prejuízos e danos daí resultantes para os munícipes e às alterações aos cursos de água naturais e alteração morfológica do meio”.

No seu desenvolvimento, o Relatório denuncia que “os prejuízos com maior relevância do ponto de vista do interesse público estão identificados, grosso modo, na alteração de cursos de água naturais centenários, nas deficiências verificadas nos canais e processos de escoamento e receção de águas pluviais, na séria possibilidade de aluimento e deslizamento de terras em virtude da instabilidade de algumas

parcelas devido à sua remoção e ao facto de algumas habitações apresentarem sério risco de ruir, fruto das trepidações contínuas e constantes”.

Na sua conclusão, o Relatório critica o empreiteiro por **“falta de vontade para resolução dos danos e prejuízos causados”** e acusa o Governo Regional dos Açores pelo facto de, **“sendo o dono da obra e apesar de estar clausulado com o empreiteiro a sua responsabilização no ressarcimento dos danos causados, até então [neste caso, julho de 2012] não tem usado verdadeiramente da sua força institucional como garante das populações, uma vez que está em causa o interesse público da segurança das populações”**. Fim de citação.

O dono da obra era e é, em abstrato, o Governo Regional dos Açores e, em concreto, o então Secretário José Contente.

Por isso o PSD propôs que o Secretário de então fosse chamado à Comissão Parlamentar para esclarecer as graves acusações de que foi alvo por parte da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, no âmbito da apreciação da presente Petição.

Mas o Partido Socialista impediu o Dr. José Contente de se defender.

Fica no ar a suspeita de que o Dr. José Contente não assumiu as suas responsabilidades em defesa das populações.

E mesmo que tentasse justificar-se agora, se porventura aqui estivesse, não seria a mesma coisa.

Uma coisa é a intervenção de um atual Deputado em Plenário, outra coisa é a audição de um anterior Secretário em Comissão.

Quem não deve não teme.

Quem se põe em “bicos dos pés” para apanhar as luzes da ribalta, deve estar também à altura de assumir os problemas dos bastidores.

Fica assim subjacente o objeto da Petição.

De um lado, um grupo de cidadãos apartidários e uma assembleia municipal de maioria socialista acusam o governo de não defender as populações.

Do outro lado, o Secretário de então não tem cara de aparecer.

Dito de outra forma:

Quando foi chamado a defender os interesses dos micaelenses perante a prepotência da Euroscut, o Governo dos Açores, pelos vistos, ficou do lado da Euroscut!

Estamos esclarecidos.